

LUIZ CARLOS DOS SANTOS GONÇALVES

**INVESTIGAÇÃO
E PROCESSO DOS
CRIMES ELEITORAIS
E CONEXOS**

2022

saraiva  jur



saraiva
EDUCAÇÃO

saraiva

Av. Paulista, 901, 4º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100

SAC

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência editorial e de projetos Fernando Penteado
Gerência editorial Thais Cassoli Reato César

Novos projetos Aline Darcy Flôr de Souza
Dalila Costa de Oliveira

Edição Jeferson Costa da Silva (coord.)
Marisa Amaro dos Reis

Produção editorial Daniele Debora de Souza (coord.)
Cintia Aparecida dos Santos
Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Camilla Felix Cianelli Chaves
Claudirene de Moura Santos Silva
Deborah Mattos
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa

Projetos e serviços editoriais Daniela Maria Chaves Carvalho
Emily Larissa Ferreira da Silva
Kelli Priscila Pinto
Klariene Andrielly Giraldi

Diagramação NSM Soluções Gráficas

Revisão Daniela Georgeto

Capa Tiago Dela Rosa

Produção gráfica Mari Rampim

Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
DE ACORDO COM ISBD
VAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/9410**

G635i Gonçalves, Luiz Carlos dos Santos

Investigação e processo dos crimes eleitorais
e conexos / Luiz Carlos dos Santos Gonçalves.
São Paulo: SaraivaJur, 2022.
476 p.

ISBN: 978-65-5559-989-3

1. Direito. 2. Direito Processual Eleitoral. 3. Eleições. 4. Ações eleitorais. I. Título

CDD 342.07
CDU 342.8

2022-1636

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito Processual Eleitoral 342.07
2. Direito Processual Eleitoral 342.8

Data de fechamento da edição: 4-7-2022

Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 607763 CAE 803248



Sumário

APRESENTAÇÃO	5
PREFÁCIO	9
LISTA DE ABREVIATURAS.....	23
PRIMEIRA PARTE: ASPECTOS GERAIS DOS CRIMES ELEITORAIS ...	25
1. Constituição e crimes	27
2. Direito penal eleitoral	28
3. Leis que trazem crimes eleitorais	29
4. Classificação dos crimes eleitorais	29
4.1. Natureza.....	30
4.2. Correlação com bens jurídicos eleitorais.....	30
4.3. Sujeição ativa	31
4.4. Sujeição passiva	32
4.5. Elemento subjetivo.....	32
4.6. Crimes que geram inelegibilidade.....	32
4.7. Crimes eleitorais de menor potencial ofensivo	33
4.7.1. Crimes com pena exclusiva de multa	34
4.7.2. Crimes eleitorais cuja pena privativa de liberdade não supera dois anos	35
4.8. Crimes eleitorais de médio ou elevado potencial ofensivo (pena superior a quatro anos).....	38

14 Investigação e Processo dos Crimes Eleitorais e Conexos

4.9. Crimes eleitorais que admitem acordo de não persecução penal	41
5. A “parte geral” dos crimes eleitorais	42
5.1. Funcionário público eleitoral.....	42
5.2. Pena mínima nos crimes eleitorais	43
5.3. Dosimetria da pena	43
5.4. Multa nos crimes eleitorais.....	45
5.5. Aplicação das regras gerais do Código Penal.....	49
5.6. Crimes eleitorais cometidos pela imprensa.....	49
5.7. Responsabilidade penal dos diretórios dos partidos políticos	49
6. Crimes não recebidos pela Constituição de 1988	50

SEGUNDA PARTE: OS CRIMES ELEITORAIS MAIS IMPORTANTES.. 55

1. Critério de reconhecimento dos crimes eleitorais mais importantes	57
2. Inscrição fraudulenta de eleitor	57
3. A corrupção eleitoral	63
4. Os crimes de coação para obtenção de votos	74
5. O crime de concentração de eleitores.....	79
6. Crimes contra o sigilo do voto.....	81
7. Votar mais de uma vez ou em lugar de outrem.....	85
8. Crimes eleitorais contra a honra	87
8.1. Generalidades dos crimes eleitorais contra a honra.....	88
8.1.1. Honra objetiva e subjetiva e tipificação.....	90
8.1.2. Direito à crítica política e interpretação dos crimes eleitorais contra a honra	90
8.1.3. Limites do direito à crítica eleitoral.....	93
8.1.4. Distinção entre crimes contra a honra comuns e eleitorais.....	94

8.1.5. Sujeição ativa e passiva.....	96
8.1.6. Crimes de mera conduta	96
8.1.7. Imunidades parlamentares e do Presidente da República	97
8.2. O crime de calúnia eleitoral	98
8.3. O crime de difamação eleitoral.....	100
8.4. A injúria eleitoral	103
8.5. Aumento de pena nos crimes eleitorais contra a honra	104
8.6. Concurso de crimes	105
8.7. Potencial ofensivo.....	106
8.8. Inelegibilidade.....	107
9. A divulgação de fatos mentirosos	107
10. A denúncia caluniosa eleitoral.....	112
11. O crime de violência política contra as mulheres.....	117
12. Crimes de falso eleitorais	122
12.1. Crimes de falso e concurso aparente ou efetivo de normas	127
12.2. O crime de falsidade material	129
12.3. O crime de falsidade material em documento particular ...	131
12.4. O crime de falsidade ideológica eleitoral	131
12.5. Documentos por equiparação	139
12.6. O crime de reconhecimento falso de firma ou letra	140
12.7. Uso e obtenção de documentos falsos.....	141
13. A desobediência eleitoral. Recusa ou abandono do serviço eleitoral.....	142
14. A apropriação indevida de recursos destinados ao financiamento eleitoral.....	147
15. Crimes relacionados às pesquisas eleitorais	151
16. Crimes “de boca de urna”	158
17. O crime do art. 72 da Lei n. 9.504/97	167

16 Investigação e Processo dos Crimes Eleitorais e Conexos

17.1. Art. 72 e concurso aparente de normas	169
17.2. A destruição da urna eletrônica e o exagero punitivo	172
18. O crime de transporte de eleitores e fornecimento de alimentação	173

TERCEIRA PARTE: PROCESSO PENAL ELEITORAL 181

1. Processo penal e processo penal eleitoral.....	183
1.1. Fontes normativas e particularidades do processo penal eleitoral.....	184
2. Competência para julgamento dos crimes eleitorais	187
2.1. A Zona Eleitoral competente.....	190
2.2. Competência por prerrogativa de função	192
2.2.1. STF e interpretação restritiva do foro por prerrogativa de função	195
2.2.2. Término do mandato, nova eleição e foro por prerrogativa. Mandatos cruzados	198
2.2.3. Competência por prerrogativa de função prevista na Constituição Estadual	200
2.2.4. Concurso de agentes e foro por prerrogativa de função.....	203
2.3. A Competência do STF em razão do impedimento ou interesse dos membros de tribunal	204
2.4. Competência por conexão entre crimes eleitorais e não eleitorais	207
2.4.1. Conexão e prescrição do crime eleitoral	218
2.4.2. Conexão e reunião de processos.....	220
2.4.3. A necessidade de remessa dos autos à Justiça Eleitoral	221
2.4.4. A criação de varas eleitorais especializadas: Resolução n. 23.618 do TSE	224

2.4.5. O crime de homicídio, conexo com o eleitoral.....	229
2.5. Conflito positivo ou negativo de competência	232
3. A Polícia Judiciária Eleitoral	236
3.1. A autoridade policial e a instauração de inquérito eleitoral	237
3.1.1. Instauração de inquérito policial e foro por prerrogativa de função.....	239
3.1.2. Instauração do inquérito a partir de denúncia anónima.....	242
3.2. Força probatória do inquérito policial	243
3.3. Os inquéritos policiais eleitorais e o Processo Judicial Eletrónico.....	245
3.4. Os prazos do inquérito policial.....	246
3.5. Crimes de menor potencial ofensivo	246
3.6. Polícia Judiciária e colaboração premiada	250
4. O Ministério Público Eleitoral.....	251
4.1. Garantias, vedações e princípios específicos do Ministério Público Eleitoral	253
4.2. Inexistência de prazo em dobro para manifestações processuais	256
4.3. Atuação dos membros do Ministério Público Eleitoral	257
4.4. Promotor Eleitoral Natural.....	259
4.5. Conflito de atribuições entre Promotores e Procuradores Eleitorais	261
4.6. O poder de investigação do Ministério Público Eleitoral	266
4.7. A requisição de inquérito policial.....	267
4.8. Limites para o poder de requisição ministerial	268
4.9. O Ministério Público, a obrigatoriedade da ação penal e o processo penal transaccional.....	270
5. A defesa no processo penal eleitoral	273
5.1. A questão do prazo em dobro.....	276

5.2. A Defensoria Pública.....	279
5.3. Advogado dativo e defensor público	282
6. Provas no processo penal eleitoral	284
6.1. Vedac�o às provas ilícitas.....	287
6.2. A reserva de jurisdição	289
6.3. A prova emprestada	295
6.4. Os indícios.....	296
6.5. O exame de corpo de delito.....	298
7. Prisão em flagrante e preventiva no processo penal eleitoral.....	302
7.1. Prisão em flagrante delito	302
7.2. Audiência de custódia	303
7.3. Prisão preventiva	304
7.4. Imunidade � prisão cautelar.....	310
7.4.1. A imunidade do art. 236 do CE.....	310
7.5. Medidas cautelares diversas da prisão	312
7.6. Fianca	314
8. O processo penal transaccional	317
8.1. A transac�o penal	319
8.2. A suspensão condicional do processo	321
8.3. A colabora�o premiada	322
8.4. O acordo de não persecu�o penal	326
8.5. Quadro sinótico com os institutos do processo penal transaccional	329
9. Rito processual.....	331
9.1. Aplicac�o do Código de Processo Penal	332
9.2. Crimes conexos aos eleitorais e rito	333
9.3. O rito comum eleitoral em primeira instância	335
9.3.1. Denúncia e exame judicial de sua obrigatoriedade.	335

9.3.1.1. O reexame do arquivamento de inquéritos policiais.....	337
9.3.1.1.1. Procedimentos investigatórios criminais, peças de informação e arquivamento.....	340
9.3.1.2. A ação penal eleitoral subsidiária	343
9.3.2. Admissão ou rejeição da denúncia.....	344
9.3.3. Resposta preliminar e absolvição sumária.....	346
9.3.4. A ação penal privada subsidiária da ação penal pública eleitoral.....	348
9.3.5. Rito após o recebimento da denúncia.....	353
9.3.5.1. A dosimetria da pena	356
9.4. Citação e intimação das partes, dos advogados e do Ministério Público Eleitoral	363
9.5. Contagem de prazos no processo penal eleitoral	366
9.6. Rito dos feitos criminais de competência originária.....	367
9.7. Incidentes processuais	368
9.7.1. Exceção de suspeição	368
9.7.2. Exceção de incompetência e conflito positivo ou negativo de competência	373
9.7.3. <i>Emendatio libelli</i>	376
9.7.4. <i>Mutatio libelli</i>	380
9.7.5. Rito da exceção da verdade, nos crimes de calúnia e difamação eleitorais.....	382
10. Recursos no processo penal eleitoral	385
10.1. Recursos relativos ao recebimento ou rejeição da denúncia.....	389
10.1.1. Recurso da decisão que reconhecer a incompetência do juízo.....	390
10.2. Recursos da sentença de absolvição ou condenação	393
10.3. Recursos das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais...	395

10.3.1. Descabimento de embargos infringentes e de nulidade.....	396
10.4. O recurso ordinário eleitoral.....	398
10.5. Recurso especial eleitoral	400
10.5.1. Reexame e reavaliação da prova	402
10.5.2. Cotejo analítico	404
10.5.3. Recurso adesivo e devolução da matéria em contrarrazões	404
10.5.4. Súmulas do TSE	405
10.5.5. Efeito suspensivo	406
10.6. Agravo contra a inadmissão do recurso especial	406
10.7. Tramitação do recurso pelo TSE. Recursos ordinário e extraordinário.....	408
11. Nulidades	411
12. Execução da pena	418
13. <i>Habeas corpus</i> no processo penal eleitoral	421
13.1. Regras constitucionais de competência para o <i>habeas corpus</i>	422
13.2. O <i>habeas corpus</i> e o Código de Processo Penal	424
13.3. Objeto de tutela do <i>habeas corpus</i>	426
13.3.1. Excepcionalidade do cabimento de <i>habeas corpus</i> em face de inquéritos policiais ou da mera instauração da ação penal	427
13.4. <i>Habeas corpus</i> como substitutivo de recurso	429
13.5. <i>Habeas corpus</i> substitutivo de revisão criminal	431
13.6. Restrição ao exame e produção de prova em <i>habeas corpus</i>	432
13.7. <i>Habeas corpus</i> no processo penal eleitoral.....	434
13.8. Competência dos juizes eleitorais para o <i>habeas corpus</i>	435

13.9. Competência dos tribunais regionais eleitorais para o <i>habeas corpus</i>	435
13.10. Competência do TSE para o <i>habeas corpus</i>	439
13.11. Alguns julgados do TSE sobre <i>habeas corpus</i>	442
13.12. Síntese do instituto	446
14. Revisão criminal	447
BIBLIOGRAFIA	455
RESOLUÇÕES DO TSE	459
PROJETO DE NOVO CÓDIGO ELEITORAL	467